



A “INCLUSÃO” DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Ozair Dias da Costa¹
Irongina de Fátima Silva²

RESUMO: Este trabalho intenciona contribuir com o debate sobre a inclusão do deficiente visual no Ensino Superior no contexto das suas relações com a instituição, com o corpo docente e com o próprio conhecimento. E ainda traz uma reflexão a partir do relato de experiência de uma aluna que está em fase final de conclusão do curso de Pedagogia em uma Instituição de Ensino Superior localizada na Região Sudeste do Estado de Goiás. Sabe-se que a história do deficiente no mundo e no Brasil, é bastante controversa e coberta de preconceitos sociais. A ideia deste trabalho foi refletir sobre o ponto de vista do relato de uma aluna que viveu e ainda vive esse dilema, mesmo após o estabelecimento de políticas públicas de inclusão desses alunos no ensino regular. Observa-se que, o problema da inclusão está atrelado ao sistema capitalista de extrema exclusão social. E reflete na educação básica e superior. A Inclusão do deficiente significa vencer o preconceito e tratar o deficiente com dignidade, algo que a sociedade ainda tem que continuar aprendendo. O deficiente continua sendo tratado com indiferença pela sociedade e escola. O trabalho utilizou como metodologia um estudo bibliográfico incluindo o relato de experiência da aluna que terá sua identidade preservada assim como a instituição. Inicialmente decidiu-se pelo tema, o roteiro, e seleção do referencial bibliográfico, e durante três meses o texto foi sendo construído, no primeiro momento estudou-se sobre a deficiência e a sua inclusão na educação brasileira, dos primórdios aos dias atuais. Continuando fez-se uma breve abordagem sobre a deficiência visual, com destaque para a deficiência visual “miopia progressiva”, objeto de estudo deste trabalho, uma vez que trata da deficiência da aluna. Essa doença aparece na pessoa e vai progredindo, não tem cura. A pessoa vai perdendo a visão gradativamente até não conseguir mais enxergar. O estudo tem como premissa suscitar reflexões nas pessoas deficientes, e nas instituições que precisam repensar as condições de atendimento e aprendizagem desses alunos no Ensino Superior.

Palavras-chave: Deficiente visual. Ensino Superior. Inclusão.

Eixo Temático: III Ciências Humanas e Sociais.

INTRODUÇÃO

O estudo realizado está inserido no currículo do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES denominado como trabalho final de curso, uma das condições essenciais para a sua conclusão. Baseia-se nos aspectos metodológicos de relato de experiência de uma aluna do curso de Pedagogia deficiente visual com “Miopia Progressiva”, e consistiu num estudo bibliográfico. A doença foi descoberta na fase inicial por intermédio da professora, que ao perceber a dificuldade que a aluna tinha de enxergar o que escrevia no

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Unifimes; ozinha.costa@gmail.com.

² Professor Titular do Curso de Pedagogia; irongina@fimes.edu.br.

quadro, colocou a aluna na frente próxima ao quadro, mesmo assim a sua dificuldade continuava.

De família humilde, trabalhadora, e com vários outros filhos para cuidar, procurou tratamento médico, o que passou a ser sua rotina. Começou a usar óculos com grau elevado e a lente tinha o aspecto de fundo de garrafa. A partir de então a aluna sofreu *Bullying* sendo chamada pelos colegas de escola de “quatro olho fundo de garrafa”.

A sua maior dificuldade era a leitura de livros, mas mesmo assim venceu o ensino primário foi aprovada no exame de admissão, concluiu com êxito o ensino ginásial, fez o curso técnico em agricultura. Em razão do trabalho que exercia, teve que se afastar do trabalho em decorrência da baixa visão. Recebeu dos médicos o diagnóstico de que sua deficiência não tem cura.

Mesmo diante de vários obstáculos sua trajetória de vida foi se aperfeiçoando, desempenhou trabalho voluntário em uma escola para alunos com diversos tipos de necessidades especiais, fato este que a despertou o interesse de ingressar no Ensino Superior – Curso de Pedagogia.

Espera-se que este trabalho servirá de exemplo para outros deficientes visuais, não desistirem de seus sonhos, acreditarem e lutarem em defesa dos seus direitos plenamente possível a partir dos seus próprios esforços. E que a sociedade e as instituições repensem seus princípios acerca dos deficientes, e os tratem como seres humanos capazes, mas dentro das suas limitações e especificidades, conforme prevê legislação.

Aporte histórico da educação especial no Brasil

As iniciativas de atendimento as pessoas deficientes no Brasil, para Mazzota (2011) teve início no século XIX com a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Enquanto que Jannuzzi (2012), afirma que essas iniciativas já estavam presentes no final do século XVIII, uma vez que, já havia grupos de discussões sobre a educação das crianças deficientes nos movimentos liberais. Por mais de um século, essas iniciativas foram concretizadas e institucionalizadas através de órgãos oficiais e entidades particulares isoladas. Porém, “A inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira, vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX.” (MAZZOTA, 2011, p. 27).

A Educação Especial no Brasil, na opinião do autor, foi marcado por dois períodos distintos, o primeiro compreendido entre 1854 a 1956, caracterizado por iniciativas oficiais e particulares isolados da educação de deficientes; o segundo aconteceu entre o período de 1957 a 1993, momento em que houve várias iniciativas oficiais de âmbito nacional. O grande marco da Educação Especial no Brasil e que não está registrada nos estudos de Mazzota (2011) na parte histórica acontece a partir da aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional LDB, nº 9394/96 aprovada em 1996, depois que aconteceu a Conferência Internacional de Educação para todos na Tailândia em Jontien que exigiu dos países a definição de diretrizes para a educação especial.

Mazzota (2011) destaca que em 1872 houve um aumento significativo nas estatísticas da população brasileira de pessoas com deficiência visual e auditiva, em contrapartida relata que, desse universo crescente de deficientes o número de pessoas atendidas nos estabelecimentos especializados existentes é insignificante e inexpressivo. Fato que, justificou a aceleração da necessidade de uma discursão acerca da educação das pessoas com deficiência, o que culminou no primeiro Congresso de Instrução Pública convocado pelo Imperador em 1882 que aconteceu no ano seguinte 1883. Durante o Congresso foram discutidas sugestões de currículos e formação de professores para cegos e surdos.

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. (MAZZOTTA, 2011, p. 31).

Vale ressaltar que, esses estabelecimentos foram instalados nas grandes cidades e estados, em contrapartida as pessoas deficientes de cidades menores eram totalmente desassistidas, realidade que ainda está presente no nosso meio, onde muitas cidades brasileiras não contam com escolas e estrutura para atender os deficientes. Naquela época as escolas foram instaladas nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná e São Paulo. Atendiam a diferentes tipos de deficiências.

Entre várias ações, voltada para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes, Mazzota (2011) destaca, assistência mais médica que pedagógica aos deficientes mentais no hospital Estadual de Salvador no ano de 1874, hoje denominado Hospital Juliano Moreira.

Dentre as várias iniciativas de atendimento ao deficiente visual, de 1854 aos dias atuais, o Instituto Benjamin Constant editou a primeira revista em braile no Brasil em 1942,

no ano seguinte instalou uma imprensa braile e seis anos mais tarde passou a distribuir livros em braile, sem custos, às pessoas cegas, pela Portaria Ministerial n. 504, de 17 de setembro de 1.949.

No Alto do Ipiranga, criado em 1928, está o Instituto de Cegos Padre Chico, que atende crianças deficientes visuais, funcionando em variados regimes como, internato, semiinternato e externato; e além da escola de ensino fundamental oferece outros cursos. O Governo do Estado de São Paulo mantém os professores e, a direção fica a cargo das religiosas Filhas da Caridade de São Vicente de Paula.

A Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill para Cegos, inaugurada em 1946 tinha como objetivo inicial produzir e distribuir livros impressos em sistema braile, com o tempo passou a atuar no campo da educação e integração do deficiente visual, os recursos vêm do Governo Federal, Estadual e Municipal.

No segundo período de 1957 a 1993 destaca-se a primeira iniciativa do Governo Federal, que assumiu e criou campanhas para atender as pessoas com necessidades especiais pelo Decreto Federal nº 42.728 de 03 de dezembro de 1957, entre elas, a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) e,

Em 1958, “por inspiração e ideia de José Espínola Veiga”, pelo Decreto n. 44236, de 1º de agosto, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação da Visão, vinculada à direção do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Sua organização e execução foram regulamentadas pela Portaria n. 477, de 17 de setembro de 1958. (MAZZOTTA, 2011, pg. 53)

Após um ano e meio esta campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC), perdendo vínculo com o Instituto Benjamin Constant e ligando-se diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura. A criação da mesma proporcionou o treinamento de professores e a produção de livros e equipamentos óticos.

Segundo o autor, em 1972 foi criado pelo Ministério da Educação um grupo tarefa responsável por estabelecer políticas de atendimento aos excepcionais no Brasil, sendo criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo Decreto 72.425 do Presidente Emílio Garrastazu Médici em 3 de julho de 1973, com o objetivo de melhoria e aumento do atendimento à pessoas especiais, acabando então com a campanha para deficientes visuais e deficientes mentais.

De acordo com Mazzotta (2011), em 1986 a CENESP foi transformada em Secretaria de Educação Especial (SESPE), e incorporada ao Ministério da Educação, mantendo as mesmas atribuições. Em 1990 foi extinta a SESPE e as atribuições à educação especial

passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). O Decreto 99.678 instituído pelo Presidente Fernando Collor de Mello em 1990 incluiu como órgão da SENEB o Departamento de Educação Supletiva e Especial (DESE). Com a queda do presidente Collor houve uma reestruturação dos Ministérios voltando a Secretaria de Educação Especial (SEESP).

No relato dessa trajetória da Educação Especial, Mazzotta (2011) também destaca a importância de ações individuais ou coletivas na construção da educação especial no Brasil, valendo ressaltar a que contexto histórico isso se encaixa, no que tange a época de governos populistas e o período ditatorial em que a busca por direitos era algo comum a todos os brasileiros e a característica desses governos era não confrontar os manifestos populares.

Aparato legal: Garantia da educação especial na Constituição Especial na Constituição Federal Brasileira de 1988 e LDB 9394/96.

A garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência de preferência na rede regular de ensino, está assegurado pela Constituição Federal Brasileira no inciso III do artigo 208.

A partir de 1988 a Constituição brasileira assegura, tratamento igual para todos os cidadãos brasileiros sem distinção. A educação a partir da Constituição passou a ser um direito inalienável de todas as crianças, jovens e adultos, e esse direito e oferta deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino com direito a atendimento especializado. Com isso o aluno especial tem direito a lutar pelos seus direitos à educação como qualquer outro cidadão, algo que antes não acontecia.

Além da inclusão das garantias constitucional, os deficientes conseguiram incluir seus direitos a Educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 no artigo

58, traz um entendimento da legislação no que tange a Educação Especial: “para os efeitos desta Lei é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (CARNEIRO, LDB, FACIL, 2015, p. 608).

Antes dessas garantias na legislação brasileira, percebe-se que o atendimento a pessoas com deficiência, era feita conforme a vontade de alguns, e por parte do governo cada um a tratava conforme suas conveniências. A garantia em lei mexeu com toda a população e sociedade brasileira, a estrutura física das cidades, as empresas, escolas, transporte público, e etc. Agora essas pessoas antes excluídas, fazem parte da sociedade e tem direitos iguais

garantidos. Sabe-se que ainda há muito a conquistar, porém agora os deficientes podem cobrar os seus direitos na justiça caso sejam negados.

Os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 58 da LDB 9394/96, determinam e orientam a forma e os critérios que as instituições regulares de ensino devem obedecer para ofertar a educação especial:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para entender as peculiaridades da clientela da educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (CARNEIRO, LDB, FACIL, 2015, p. 608).

Acredita-se ser pertinente lembrar, que as políticas de oferta da Educação especial eram inexpressivas, antes da Constituição brasileira de 1988, porém, agora está garantido em lei, que define também a forma de sua oferta na rede regular com atendimento especializado, quando necessário e ainda cria leis que orientam as pessoas com necessidades especiais, a buscarem seus direitos que iniciam com o nascimento da criança.

Observando a trajetória da educação e do atendimento ao deficiente no Brasil, é oportuno reconhecer que, a Constituição Federal de 1988, e a LDB, 9394/ 96, trouxe avanços significativos em relação aos direitos das pessoas com necessidades especiais. Sabe-se que muita coisa ainda não saiu do papel, mas também não se pode negar que, agora essas pessoas estão sendo aos poucos incluídas no processo educacional. As mudanças vão acontecendo para melhor à medida que as pessoas vão tomando consciência dos seus direitos e lutando por eles. Essa é uma tarefa de toda sociedade e cabe a ela continuar lutando e contribuindo para que um dia todos possam ser incluídos na sociedade com menos discriminação e maior igualdade e justiça social.

Na sociedade as pessoas são diferentes umas das outras, entre essas diferenças, estão as pessoas que tem algum tipo de deficiência ou transtornos. Vale lembrar que todas elas tem direitos iguais perante a lei o grande desafio agora é conquistar essas garantias de forma efetiva, essa é uma responsabilidade de toda a sociedade. A seguir far-se-á um breve estudo sobre a deficiência, bem como deficiência visual, com ênfase na miopia progressiva que é objeto deste estudo.

Deficiência, deficiência visual e miopia progressiva.

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 3º inciso I, considera “deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; ...” Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra em uma das deficiências prevista na referida lei.

Já a “Deficiência visual - cegueira, definida pela lei como sendo aquela, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;” (BRASIL, Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

A deficiência visual pode ocorrer de diferentes maneiras, pode ser congênita ou adquirida. “A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distancia, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SÁ, CAMPOS e SILVA, p. 15).

A cegueira é um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso o visual. Isto, obviamente, tem consequências sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, tornando-se necessário elaborar sistemas de ensino que transmitam, por vias alternativas, a informação que não pode ser obtida através dos olhos. (OCHAITA e ROSA, 1995. p. 183).

De acordo com Jorge (2006, p. 33), “Miopia é uma anomalia refractiva em que o ponto conjugado da retina se encontra num ponto à frente do olho, quando a acomodação está em repouso.” Nesse ponto, os raios incidentes de um objeto que está longe atravessam o globo ocular e foca num ponto à frente da retina, o olho míope verá uma imagem distorcida.

Para Neves (2012), a miopia é a ametropia caracterizada por uma condição refrativa de forma que, com a acomodação, os raios paralelos incidentes de um objeto a longa distância se focam num ponto à frente da retina, formando uma imagem desfocada. O míope ao tentar ver ao longe, fecha um pouco o olho ou franze a testa, pisca com mais frequência, de perto consegue ver bem.

Jorge (2006) salienta sobre o grande problema da miopia para a sociedade uma vez que ela contribui para o surgimento de outros problemas como o deslocamento e rupturas da retina.

Segundo Neves (2012), estudos mostram que a miopia está relacionada com fatores genéticos ou ambientais, porém, pode-se pensar na combinação de vários fatores, como fatores físicos com os genéticos. Quase não ocorre quando a criança nasce, geralmente, aparece na fase escolar e continua evoluindo até os 25 anos de idade, esse tipo de miopia é miopia simples ou estacionária porque ela pode desenvolver até um determinado valor e estabilizar. Outro tipo de miopia ao invés de estabilizar continua aumentando ao longo da vida, vindo a ocorrer mudanças oculares e ocasionando alterações patológicas, a esse tipo de miopia dá-se o nome de miopia progressiva ou patológica.

Os desafios de uma aluna com deficiência visual – miopia progressiva na educação básica.

A aluna foi nomeada com nome fictício de Ana Beatriz, Natural de Costa Rica MS, manifestou a deficiência na idade escolar. Momento em que começou a perceber que não estava enxergando bem as tarefas no quadro.

Em 1969 foi matriculada na 1ª série do ensino fundamental, aproximando o final do 2º semestre, a professora percebeu que a aluna apresentava dificuldades para enxergar o que estava escrito no quadro-negro. A partir desse momento foi convidada a sentar mais próxima do quadro, para visualizar melhor o que a professora escrevia. Assim, cursou normalmente a primeira fase do ensino fundamental.

Tão logo percebeu a deficiência visual da aluna, sugeriu-se uma consulta ao oftalmologista, que, realizou vários exames, diagnosticando-a com alto grau de miopia, a partir de então passou a usar óculos e teve acompanhamento oftalmológico periodicamente, em razão do aumento gradativo do grau com o passar dos anos. Como a miopia da aluna é progressiva, mesmo com acompanhamento oftalmológico, o grau de deficiência visual foi aumentando. E mesmo com o problema de visão continuou frequentando a escola, porém, com maiores dificuldades.

O primeiro problema enfrentado na escola foi o alto grau, já começou com uma lente com 8º grau. Os colegas a apelidaram de “fundo de garrafa”, sofreu bullying por parte dos colegas que a chamava de “quatro olho”, mas como estava enxergando melhor não deu muita

importância ao apelido. Continuou firme estudando e conseguindo aprender mesmo sem enxergar direito.

Ao concluir o ensino primário passou pelo processo de seleção a época, o famoso exame de admissão um verdadeiro vestibular, naquela época o ingresso no antigo ginásio e hoje atual 2ª fase do Ensino fundamental estava condicionado a aprovação nos exames de admissão realizados ao final da 4ª série primária, a aluna foi aprovada.

Inicia-se uma segunda etapa escolar na sua vida, agora mais desafiadora e difícil, no ensino primário era menos disciplinas, ministrada por um único professor. No ginásio bem diferente, várias disciplinas, inclusive uma língua estrangeira. E as disciplinas eram ministradas por professores diferentes.

E agora quais seriam as estratégias a serem adotadas, para enfrentar os problemas que viriam na escola? A aluna escolheu um ponto estratégico para sentar e esse ponto possibilitaria copiar todo o conteúdo do quadro, alguns professores eram mais compreensivos e além de escreverem no quadro iam ditando, o que facilitava a compreensão do conteúdo e o registro no caderno.

A sua maior dificuldade no ginásio estava na leitura de livros, uma vez que enxergava cada vez menos. Quando forçava a leitura sentia muita dor de cabeça e cansaço visual. Então para conseguir ler os livros, lia algumas páginas e interrompia a leitura para descansar e assim demorava mais para fazer todas as leituras exigidas.

Naquela época adotava-se como método de ensino a memorização, exigindo muita leitura em livros. O Professor passava todo o conteúdo no quadro, os alunos copiavam no caderno. As provas eram de perguntas e respostas. A aluna ia se adaptando com a baixa visão e aprendeu a conviver com a deficiência. Tinha boas notas e não repetiu nenhum ano.

Concluída essa segunda etapa chegou o momento de enfrentar o ensino de segundo grau atual ensino médio. Na época funcionavam cursos técnicos, como: Técnico em Contabilidade, Técnico em Magistério, Técnico em Agricultura, Técnico em Enfermagem dentre outros. Esses cursos funcionavam no turno matutino e noturno. O antigo clássico era o curso destinado àqueles alunos que pretendiam ingressar no Ensino Superior, os demais preparavam para o trabalho.

Como sua família morava na zona rural, essa convivência com a agricultura levou a aluna a optar em fazer o curso técnico em agricultura, e no período letivo vinha para a cidade estudar. Quando terminou o ensino médio já estava morando definitivamente na cidade. E logo no ano seguinte, em 1981 fez concurso em uma cooperativa agropecuária, foi aprovada e começou a trabalhar.

Em relação ao trabalho segundo ela, passou por vários departamentos, conseguia desenvolver bem as tarefas, até que um dia em 2000, já com grande dificuldade para enxergar, foi diagnosticada no olho direito com o fundo do olho característico do alto míope sem alteração patológicas e olho esquerdo com degeneração miópica da retina com hemorragia macular. A partir de então, a sua visão não permitiu que continuasse fazendo o trabalho que fazia antes. O seu chefe lhe deu todo apoio e estava disposto arrumar um serviço que ela pudesse fazer, mas como não dependia só dele foi afastada.

A sua acuidade visual na época chegou a atingir 0,15 OE e 0,05 OD. Após consultas com vários profissionais nos grandes centros, a resposta sempre foi a mesma, "o seu caso não resta nada mais a fazer, você deve aprender a conviver com essa deficiência". Então passou a ter uma nova vida, mas consciente de que viver nesta condição não significa ser incapaz.

Talvez se na época as políticas públicas tivessem em vigor a aluna não tivesse que abandonar o trabalho. Uma pessoa esforçada, inteligente, dedicada, que mesmo com uma deficiência visual progressiva, foi enfrentando os desafios. A sua saída do trabalho se deu por complicações na sua visão que diminuiu ainda mais.

Em conversa com uma pedagoga do Centro de Atendimento Educacional

Especializado, ela sugeriu e proporcionou sua ida para Goiânia para passar por avaliação para identificar quais os recursos tecnológicos e adaptações que poderiam ajudar a manter suas funções independentes em casa, na comunidade ou na escola. O recurso mais apropriado indicado para o seu caso foi aprender o sistema braille, uma linguagem específica para pessoas com dificuldades visuais ou totalmente cegas.

Seguiu para Campinas - São Paulo no intuito de aprender a ler e escrever em braille, matriculou-se no Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. Frequentou o curso por um período de um ano. Lá conviveu com outras pessoas cegas, aprendeu o sistema braille, frequentou aulas de informática, capoeira, kung fu, dança, teatro, os esportes além de aumentar a resistência física, ajudam no equilíbrio e autodefesa. Fez também, terapia ocupacional, afim de melhorar a mobilidade interna e externa e aprender a fazer trabalhos manuais.

De volta a sua cidade passou a prestar serviço voluntário na Escola Especial – APAE, foi ali que percebeu que para ensinar o braille teria que estar preparada para lidar com todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, que frequentam a APAE. Sentiu a necessidade de dar continuidade aos seus estudos, ingressando no Ensino Superior, o curso escolhido foi o de Pedagogia, acreditando que estaria se preparando melhor para lidar com crianças, jovens e adultos sejam eles deficientes ou não.

O seu ingresso no Curso de Pedagogia aconteceu por meio de processo seletivo via análise de currículo. Iniciou o curso no segundo semestre de 2013. A primeira reação da aluna foi de medo, insegurança, dúvidas e algumas vezes até o desespero diante as novas descobertas e dificuldades.

E as dificuldades foram aparecendo e até teve em alguns momentos vontade de desistir. Porém, amparada pela família e buscando força; e consolo em Deus foi vencendo etapa por etapa; e decidiu seguir em frente. E está na reta final do curso depois de ter concluído quase três anos de estudo.

A experiência de uma aluna especial, deficiente visual “miopia progressiva” no curso de pedagogia: Um direito que deve ser assegurado.

A primeira semana na faculdade, realizou-se mediante o primeiro obstáculo desconhecimento total do espaço na Instituição, ninguém se preocupou em me apresentar o espaço onde ia estudar e os outros espaços como: Biblioteca, banheiros, bebedouros, cantina, pátio, contabilidade, secretaria. Ressalta que é interessante ver e conviver com pessoas que enxergam, elas parecem não entender as dificuldades dos deficientes visuais, agem com indiferença, talvez por falta de conhecimento.

Diante do desconhecido, por iniciativa própria, iniciou o processo de reconhecimento dos espaços com os quais deveria familiarizar, este seria o seu espaço de aprendizagem nos próximos três anos. Conta ela *“No primeiro dia de aula cheguei na recepção, fui chamada para ir para a sala eu fui seguindo a funcionária e ao sair na porta como não conhecia o local, não tinha corrimão eu atravessei direto, quase cai, depois fui entender que deveria ter virado para direita ou esquerda para descer pelo degrau, foi o primeiro reconhecimento do lugar”*.

Essa não foi a única vez que enfrentei essas dificuldades, aconteceram outros episódios. *“Outro episódio foi ao banheiro, a porta de acesso ao banheiro estava fechada ao entrar não percebi acabei trombando nela”*. Outro fato importante diz respeito, as mudanças constantes dos espaços da sala de aula, a sala de aula não era fixa e cada vez que mudava de lugar era uma nova dificuldade e um novo desafio a vencer. Aos poucos foi reconhecendo os outros espaços e blocos, foi perdendo o medo e ganhando espaço a cada dia. Ir para a faculdade assistir as aulas era outro desafio, pegava carona com alguém, chegava mais cedo e aproveitava para reconhecer os espaços em que a aula aconteceria a cada dia.

Considera que foi bem acolhida em sala de aula pelos professores, alguns mais atenciosos e cuidadosos, já outros a tratavam com indiferença. Na primeira fase teve muita dificuldade em acompanhar a disciplina de Informática. Foi instalado no seu computador o leitor de tela "Non Visual Desktop Access" NVDA. Mesmo assim não conseguia acompanhar as aulas, tinha dificuldade em ouvir a professora e prestar a atenção ao leitor de tela, e ainda não deixar as conversas paralelas tirar a sua concentração.

A estratégia utilizada para superar tais dificuldades consistiu no estudo em casa, onde ela tentava colocar em prática o que a professora orientava em sala de aula com o próprio esforço. Uma pessoa que nasce cega cresce se adaptando com sua realidade, desenvolve outros sentidos como audição e o tato. Ao contrário da pessoa que perde a visão, como foi o caso dessa aluna.

O estágio foi outro momento de grande desafio para a aluna. No período que iniciou o estágio teve que aprender perder o medo de andar de moto-taxi, pois precisava ir as escolas e este é o transporte mais barato, algumas vezes foi deixada em lugar errado mas soube resolver a situação sozinha. Foi muito bem recebida pelas escolas, professores, e em momento algum pediu tratamento especial e conseguiu chegar ao final com os objetivos propostos alcançados.

O último desafio dessa aluna é concluir o seu TCC e apresentá-lo. Conseguiu construí-lo com a ajuda da orientadora e da sua irmã transcrevendo suas ideias para o papel, pretende concluir seu trabalho, apresentá-lo publicamente em uma banca e posteriormente com sucesso publicá-lo em forma de artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu num estudo bibliográfico acompanhado de um relato de experiência sobre a situação de uma aluna com deficiência visual adquirida por uma miopia progressiva. Essa doença é progressiva e vai se intensificando à medida que a pessoa vai ficando mais velha.

Sabe-se que o deficiente visual utiliza de outros órgãos do sentido, como o tato e audição para substituir a visão. A ideia deste trabalho constou de um relato de experiência narrado por outra pessoa, para relatar as experiências de uma aluna com esse tipo de deficiência visual, que descobriu seu problema ainda no ensino primário, buscou tratamento, porém, essa doença não tem cura e é progressiva, ou seja, vai se agravando à medida que o tempo vai passando.

Mesmo diante de tantas dificuldades venceu todas as etapas de ensino. Superando cada desafio encontrado com muita dedicação e motivada pela família. Ao chegar no Ensino superior sentiu a falta de apoio da Instituição, de alguns colegas e professores, solicitou professor de apoio, conseguiu por um pequeno tempo. Ressalta que a Instituição, os alunos e professores precisam aprenderem a lidar com os alunos especiais, pois existem políticas que garantem os direitos das pessoas com necessidades especiais.

Há pouco tempo atrás essas pessoas se quer tinham o direito de serem recebidos pelas escolas, mas a partir de 1996 os direitos das pessoas especiais estão garantidos em lei. E que devem ser respeitados pela sociedade, bem como pelas Instituições de ensino em todos os níveis e modalidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **A importância da Literatura como Elemento de Construção do Imaginário da Criança com Deficiência Visual**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.

BRASIL, **Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em 20 de fev. 2016.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Ana Raquel Borges. **Alta Miopia**. Covilhã: 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1149/1/Dissertacao_Ana_Neves.pdf>. Acessado em 20 de jan. 2016.

OCHAITA, Esperanza; ROSA, Alberto. **Percepção, Ação e Conhecimento nas Crianças Cegas**. In. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 183-197.

PEREIRA, Fernando Marques. **A Deficiência Visual no Ensino Regular**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium28/8.htm>>. Acessado em 18 de jan. 2016.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Miriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. São Paulo: SEESP/MEC, 2007.